

Os caminhos que apontam as eleições sindicais

Os próximos meses são de fundamental importância para a organização sindical da nossa categoria. De abril a junho, haverá eleições em dez sindicatos petroleiros, dos quais dois (RJ e SE/AL) foram desfiliações da FUP pelas atuais diretorias. Um debate que vai muito além das disputas políticas para escolher essa ou aquela chapa. O que está em jogo nessas eleições é o futuro da nossa categoria.

A FUP é fruto de uma luta histórica, construída coletivamente na década de 80, para superar a fragmentação da organização sindical da categoria. A Federação foi consolidada em 1994, após um longo processo de unificação em torno de uma entidade cutista, com o objetivo de representar nacionalmente os trabalhadores petroleiros, não só na mesa de negociação, mas, principalmente, nos embates políticos contra as tentativas

de privatização da Petrobrás e em defesa de um país justo e soberano.

Ao longo desses 14 anos de existência, a FUP tem cumprido este papel, pautada sempre pelo respeito aos fóruns de decisão da categoria e à autonomia dos sindicatos. A unificação dos petroleiros tem sido fundamental em nossas lutas e conquistas. Se fôssemos uma categoria fragmentada, provavelmente não teríamos tido força para resistir e impedir o sucateamento e privatização da Petrobrás. Na Vale do Rio Doce - onde os trabalhadores são representados por cerca de 60 sindicatos, cuja grande maioria duela entre si - a divisão acabou facilitando a privatização. Até hoje os trabalhadores da Vale sofrem com esta fragmentação, que foi mais intensificada ainda nos últimos anos, resultando em perda de direitos, condições precárias de trabalho e demissões.

O equívoco cometido pelos sindicatos que se desfiliam da FUP pode ser corrigido pelos trabalhadores através do voto, elegendo dirigentes comprometidos em restabelecer a unidade da categoria. A divisão, mais do que um retrocesso à nossa trajetória, é uma irresponsabilidade, pois coloca em risco a própria organização sindical petroleira, enfraquecendo os trabalhadores na luta de classes. Vivemos este cenário nas últimas campanhas reivindicatórias e saímos vitoriosos justamente porque temos uma entidade nacional que representa a grande maioria dos petroleiros. Nessas eleições sindicais, os trabalhadores terão que escolher que rumo seguir: fortalecer a unidade da categoria e avançar nas conquistas ou permitir que aventuras políticas coloquem em risco tudo o que construímos.

P-36: Sete anos depois, a insegurança continua

Dia 15 de março é uma data de dor. Os trabalhadores do Sistema Petrobrás relembram com tristeza e indignação os sete anos de ausência dos 11 companheiros mortos no acidente com a P-36. O mais absurdo é que, sete anos depois, a insegurança continua crônica nos ambientes de trabalho dos petroleiros.

Na Bacia de Campos, onde no dia 26 de fevereiro mais uma aeronave da BHS caiu, matando cinco trabalhadores, várias situações de risco continuam ocorrendo nos embarques e desembarques da região.

O Sindipetro-NF recebeu duas denúncias de panes nos últimos dias em aereo-

naves de diferentes empresas, obrigando os pilotos a abortarem os vôos.

A insegurança é constante e os riscos só serão controlados quando a Petrobrás concordar em alterar suas diretrizes de SMS e sua política de terceirização, atendendo às reivindicações dos trabalhadores.

Aprendendo a não desperdiçar o sofrimento

Palavras de Marilena Sousa na manifestação que o Sindipetro-NF realizou nesta sexta-feira, 14, para marcar os sete anos do acidente com a P-36:

“Quem de nós consegue explicar, com segurança, os verdadeiros motivos dos sofrimentos, dores e perdas que muitas vezes, à revelia da nossa escolha, insiste em escrever parte da nossa história de vida aqui?”

Vamos nos agrupar, fazer rodinhas, oficinas sobre o assunto, chegaremos a várias citações, conclusões e até poemas, mas a dor da perda da separação, do susto causado por um acidente, seja ele de grandes ou pequenas proporções, é algo inexplicável. A Dor é algo que não se pode medir ou comparar. Ela tem o potencial enorme de cruzar histórias, encurtar distâncias, unir pessoas.

A história de P-36 não é apenas parte da vida de onze viúvas, onze famílias. P-36 se tornou história de tantos quantos conseguiram chorar, de tantos quantos se fizeram heróis na tentativa



de resgate, quer seja das vítimas como da própria plataforma.

P-36 se tornou história de cada funcionário da Petrobrás que acompanhou e acompanha as seqüelas desse evento que já completa sete anos.

P-36 compõe os sete dos quase onze anos

de Sindipetro-NF, que desde o início se empenhou para sublinhar essa tragédia com tomadas importantes de atitudes e conquistas nas questões de Segurança nos sistemas offshore e tudo que o abrange.

P-36 há sete anos vem marcando de forma trágica e definitiva as nossas vidas. Das onze viúvas e seus filhos, de parentes e de amigos diversos que compartilham até hoje a dor da ausência dos que se foram.

Fomos mais que traumatizadas por este evento, mas estamos aqui, como guerreiras incansáveis, buscando aprender a não desperdiçar o nosso sofrimento. Antes, tentando de alguma forma oferecê-lo, para que extraiam dele valores transformadores para compor o trabalho offshore com todas as suas implicações; repensando, reciclando e criando condições melhores de trabalho, com a SEGURANÇA, o RESPEITO e a DIGNIDADE que a VIDA merece.”

Marilena é viúva de Josevaldo Dias de Sousa, um dos petroleiros mortos na P-36

FUP intensifica luta contra leilões de petróleo e gás

A FUP, a CUT, o MST e várias outras entidades que participam do Fórum Nacional contra a Privatização das reservas de Petróleo e Gás intensificaram a luta pela suspensão da 8ª Rodada de Licitação que a ANP pretende dar seqüência nos próximos meses, leiloando, inclusive, áreas que têm interface com o pré-sal.

Através do lançamento de uma campanha que defende a nacionalização das nossas reservas, o Fórum pretende envolver toda a sociedade na luta

pela suspensão imediata das licitações das bacias sedimentares brasileiras, onde estão localizadas áreas potencialmente produtoras de petróleo e gás. A FUP sempre se posicionou contrária aos leilões realizados pela ANP e tem atuado ativamente para alterar a legislação do setor petróleo, uma das heranças privatizantes do governo FHC.

Com a descoberta da nova província petrolífera na camada de pré-sal, tornou-se ainda mais urgente a suspensão das

rodadas de licitações realizadas pela Agência Nacional de Petróleo, assim como a participação dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira em um amplo debate para definirmos um novo marco regulatório para a indústria de petróleo.

Portanto, a FUP convida todos os petroleiros a se envolverem nesta luta, participando ativamente em todos os estados do país desta importante campanha em defesa da soberania nacional.

Petroleiros da Regap em plebiscito por mudanças no turno

Os trabalhadores da Regap, em Minas Gerais, participam até quarta-feira, 18, do plebiscito que irá definir mudanças na atual tabela de turno. O plebiscito é uma conquista da árdua negociação que o Sindipetro-MG re-

alizou com a direção da Regap, que tentou impor uma série de prejuízos aos trabalhadores. Os petroleiros conquistaram uma minuta de acordo que garante que todo o pessoal de turno participe do plebiscito, inclusive quem

não é sindicalizado. A nova tabela proposta, se eleita, será implantada em caráter experimental até fevereiro de 2010 e só será oficializada, caso os trabalhadores voltem a referendá-la em um novo plebiscito.

Ensino superior: Petrobrás insiste em convênio

A FUP participou no último dia 12 de mais uma reunião da comissão que está discutindo com a Petrobrás o auxílio ensino superior. A empresa insiste na modalidade de convênio e informou que até julho concluirá os estudos para implantar de forma experimental o convênio em universidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. A FUP tem deixado claro em todas as reuniões que a reivindicação dos trabalhadores é de um benefi-

cio nos mesmos moldes do que é praticado para os ensinos fundamental e médio. A Federação também não concorda com propostas discriminatórias, que contemplem somente parte da categoria e não todos os trabalhadores da empresa. A Petrobrás alegou que os estudos de convênio com universidades serão estendidos a partir de agosto para as demais regiões do país.

A FUP ressaltou que a empresa tem condições de implementar o be-

nefício educacional em forma de reembolso e não de descontos, como propõe. A Federação citou como exemplo o que é praticado pela Eletrobrás, onde os trabalhadores têm reembolso de até R\$ 600,00. A Petrobrás informou que o benefício da Eletrobrás não é extensivo aos dependentes e é somente para trabalhadores próprios, sem qualquer formação de nível superior. A próxima reunião da Comissão será no dia 26.

FUP cobra garantia da AMS para aposentados que permanecem na ativa

Desde que o STF decidiu que a aposentadoria pelo INSS não mais extingue o contrato de trabalho, a FUP tem cobrado da Petrobrás garantias para os petroleiros que decidiram permanecer na empresa, após a aposentadoria por tempo de contribuição na previdência oficial. Segundo dados da

Petrobrás, atualmente, cerca de 500 trabalhadores se encontram nesta situação. Nas negociações da campanha reivindicatória, a empresa não avançou como deveria em relação a esta reivindicação, que continua sendo recorrente nas reuniões da FUP com o RH da Petrobrás. A Federação tem cobra-

do principalmente a garantia da AMS para esses petroleiros, que, pelo acordo coletivo, perdem o direito à assistência médica em caso de demissão por parte da empresa. A FUP cobrou uma reunião com a Petrobrás específica sobre esta questão para que a empresa se posicione.

Edição 834 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br Redação e Edição: Alessandra Murteira - MTB 16763 Diagramação: Cláudio Camillo MTB 20478 Diretoria Colegiada: Alceu, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Enéias, Hélio, Jorge Machado, José Maria, Moraes, Osvaldinho, Paulo César, Silva, Simão e Ubiraney.